



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
COORDENAÇÃO-GERAL DE ACESSO E CONSERVAÇÃO DOS BIOMAS, SOCIOBIODIVERSIDADE E BENS COMUNS

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 20/2019

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Nome da autoridade competente: Moisés Savian

Número do CPF: ***.777.129-**

Nome da Secretaria/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - SFDT/MDA

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria nº 1.362, de 30 de janeiro de 2023

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG 490002/00001 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: UG 490002/00001 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Nome da autoridade competente: Mário Santos Moreira

Cargo: Presidente

Número do CPF: ***.386.357-**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Presidência/ Escritório de Projetos da Presidência.

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: DOU - 13 de abril de 2023, página 71 - seção 02.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ – RJ - UG: 254420 – GESTÃO: 25201

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ – RJ - UG: 254420 – GESTÃO: 25201

3. OBJETO:

Estruturar Cadeias de Valor de plantas medicinais, aromáticas e condimentares e da sociobiodiversidade para o acesso a mercados, articulando a bioeconomia ao desenvolvimento territorial sustentável para o enfrentamento dos condicionantes socioambientais da saúde de agricultores familiares, e povos e comunidades tradicionais – ArticulaFito IV.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Meta 1: Apoiar a estruturação produtiva para a qualificação da produção dos arranjos produtivos de plantas medicinais, aromáticas e condimentares e da sociobiodiversidade nos biomas territórios de abrangência do projeto.

1.1 Realização de Oficinas de mapeamento de cadeia de valor para o diagnóstico de arranjos produtivos de plantas medicinais, aromáticas e condimentares e de produtos da sociobiodiversidade, bem como, a elaboração de Planos de Ação, com enfoque nas bases produtivas, nos biomas Cerrado, Pantanal e Pampa. (Novos arranjos)

1.2 Apoio à criação e consolidação de grupos de governança territorial para promover a articulação e implemetação e sustentabilidade das ações planejadas nos territórios.

1.3 Realização de assessorias técnicas, sob demanda, alinhados aos planos de ação para o apoio aos empreendimentos de agricultores familiares, extrativistas, povos e comunidades tradicionais, bem como para os demais agentes vinculados aos arranjos produtivos previamente identificados.

1.4. Realização de capacitações para qualificação da produção e demais ações alinhadas à estruturação produtiva, em conformidade com os planos de ação pactuados.

1.5. Apoiar implementação e consolidação de Unidades Demonstrativas, incluindo Farmácias Vivas e denominações afins (Farmácia Nativas, hortos medicinais, farmácias da terra etc.), preferencialmente alinhadas à sistemas agroflorestais e à promoção de serviços ambientais.

Meta 2: Apoiar a estruturação e fortalecimento de mercados públicos e privados.

2.1 Apoiar iniciativas voltadas ao fortalecimento de canais de comercialização, promovendo espaços de diálogos interinstitucionais voltados à superação de entraves nos canais de comercialização dos produtos e à promoção de novos mercados.

Meta 3: Produzir dados e informações relevantes para apoio ao projeto.

- 3.1 Divulgar as ações do projeto nas redes sociais demais canais de comunicação, incluindo rádios comunitárias nos territórios.
- 3.2 Realizar levantamento dos condicionantes sociais, econômicos e ambientais que incidem sobre os arranjos e os territórios mapeados.
- 3.3 Monitoramento e acompanhamento para geração de indicadores.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

O Brasil, um país de dimensões continentais, tem mais da metade de seu território recoberto por vegetação nativa, e abriga 20% das espécies vivas do planeta e, por isso, agrega uma das maiores taxas de ocorrência de biodiversidade do planeta. Além disso, o país se destaca pela diversidade de grupos sociais e culturais que interagem neste ambiente, como é o caso das populações extrativistas, que vivem na floresta (GIZ, 2005). O uso de plantas pela população brasileira constitui uma prática que se confunde com a própria história da formação do povo brasileiro. A diversidade de povos, produto de nosso processo de colonização, produziu uma rica diversidade étnica e cultural que detém um valioso conhecimento tradicional associado ao uso de plantas, cultivadas e extrativas. Esses conhecimentos constituem um dos maiores ativos do país e são imprescindíveis para promover o uso sustentável de nossos recursos naturais, em especial de nossas espécies vegetais com potencial medicinal, aromático, cosmético e alimentar (condimentares, convencionais e não convencionais).

No entanto, o megapotencial da (socio) biodiversidade brasileira contrasta com a imensa vulnerabilidade social, econômica, sanitária e ambiental dos povos e comunidades tradicionais e de camponeses que compõem, em sua grande maioria, a base produtiva deste vasto mercado. Para superar esses contrastes o Estado brasileiro deve propor políticas públicas, programas e projetos voltados a corrigir tais discrepâncias, tendo em vista não apenas os ativos materiais das cadeias produtivas da biodiversidade e suas biotecnologias, mas também os ativos imateriais, representados pelo conjunto de saberes e práticas dessas populações, que se conformaram como tecnologias sociais, em uma relação harmônica e sustentável entre homem e natureza e, portanto, promotoras do bem viver dessas populações em seus territórios.

No que tange especificamente às plantas medicinais, a Organização Mundial de Saúde, durante a conferência de Alma Ata, reconheceu o potencial desses conhecimentos e recomendou aos Estados Membros, em 1976, que promovessem políticas públicas voltadas à incorporação das plantas medicinais em seus sistemas públicos de saúde. Trinta anos após a conferência de Alma Ata, o Brasil, por meio do Decreto Presidencial nº 5.813, de 22 de junho de 2006, aprovou a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF). A PNPMF se constitui em parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, e como um dos elementos fundamentais de transversalidade na implementação de ações capazes de promover melhorias na qualidade de vida da população brasileira, tendo em vista que os serviços públicos de saúde configuram-se como um importante mercado para os produtos e medicamentos à base de plantas medicinais.

As ações decorrentes desta política, manifestadas em um Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), têm como princípios orientadores a ampliação das opções terapêuticas e melhoria da atenção à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS); o uso sustentável da biodiversidade brasileira; a valorização, valoração e preservação do conhecimento das comunidades tradicionais e indígenas; o fortalecimento da agricultura familiar; o crescimento com geração de emprego e renda, redutor das desigualdades regionais; o desenvolvimento industrial e tecnológico; a inclusão social e redução das desigualdades sociais e a participação popular e controle social. Criado com o apoio de 11 ministérios, além da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), o PNPMF define diretrizes específicas que estão sob a responsabilidade ou corresponsabilidade dessas instituições formuladoras.

Como co-gestoras de algumas diretrizes do programa, em especial àquela voltada ao “Apoio à implantação de plataformas tecnológicas piloto para o desenvolvimento integrado de cultivo de plantas medicinais e produção de fitoterápicos, com vistas ao desenvolvimento integrado do cultivo de plantas medicinais e à produção de fitoterápicos por meio de projetos cooperativos entre os diversos atores envolvidos nas cadeias produtivas de plantas medicinais e fitoterápicos, a fim de garantir o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para pequenos empreendimentos da agricultura familiar e o uso sustentável da biodiversidade nacional.

Em 2015, a Fiocruz e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), firmaram parceria, por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED), tendo em vista suas co-responsabilidades junto às diretrizes do PNPMF, em especial àquela voltada ao “Apoio à implantação de plataformas tecnológicas piloto para o desenvolvimento integrado de cultivo de plantas medicinais e produção de fitoterápicos, com vistas ao desenvolvimento integrado do cultivo de plantas medicinais e à produção de fitoterápicos por meio de projetos cooperativos entre os diversos atores envolvidos nas cadeias produtivas de plantas medicinais e fitoterápicos, a fim de garantir o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para pequenos empreendimentos da agricultura familiar e o uso sustentável da biodiversidade nacional,

Este primeiro TED firmado entre Fiocruz e MDA produziu um amplo diagnóstico acerca do "Estado da Arte" da base produtiva de plantas medicinais nos biomas brasileiros, identificando gargalos, potencialidades e desafios de 26 arranjos mapeados pelo projeto. Este mapeamento permitiu promover ações articuladas para viabilizar o apoio à implementação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) por meio do desenvolvimento sistêmico de arranjos produtivos locais de plantas medicinais e da sociobiodiversidade, envolvendo a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais, constituindo a primeira etapa do projeto ArticulaFito (ArticulaFito I)

Os resultados obtidos a partir desses diagnósticos permitiu não apenas orientar ações para o apoio à superação dos problemas e desafios identificados nos 26 arranjos mapeados, mas também perceber a exclusão dos produtos da sociobiodiversidade, como por exemplo a andiroba e a copaíba, óleos vegetais amplamente utilizados no cuidado em saúde por comunidades tradicionais e populações do campo, floresta e águas, especialmente no bioma amazônico, da Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao Sistema Único de Saúde (ReniSUS), criada em 2009, composta por 71 espécies vegetais, tendo como finalidade orientar pesquisas e estudos.

Ao final do ArticulaFito I, foi realizada uma Oficina de Avaliação e Planejamento, em Brasília (BSB), para compartilhar os resultados com todos os atores participantes das Oficinas. Durante esta oficina, que contou com uma ampla participação de lideranças locais e de instituições governamentais, apontou-se a necessidade de continuação dos mapeamentos, com sua ampliação para outras regiões do país, bem como ao atendimento das demandas apontadas pelos mapeamentos até então realizados.

Diante das demandas apontadas na Oficina de Avaliação de Brasília, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil (SEAD-PR), por meio de sua Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, firma, em 2017, o segundo TED com a Fiocruz. Desta feita para a execução do projeto "Articulação e governança para a promoção de cadeias valor em plantas medicinais e fitoterápicos: a saúde como setor estratégico para o desenvolvimento local", tendo como metas:

- Apoio ao diagnóstico de Cadeias de Valor de Plantas Medicinais de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;
- Qualificação da base produtiva e dos prestadores de serviços para o aprimoramento da cadeia de valor de plantas medicinais e fitoterápicos;
- Articulação e governança para o apoio à inserção de plantas medicinais e fitoterápicos produzidos para o mercado diferenciado (medicamentos, drogas vegetais, cosméticos, alimentos, entre outros).

Esta segunda fase do projeto (ArticulaFito II), permitiu ampliar os mapeamentos para o bioma amazônico, com a realização de Oficinas nas cidades de Macapá (AP), Marabá (PA) e Belém (PA). Além disso, foi realizado um amplo estudo acerca das barreiras regulatórias enfrentadas pelos empreendimentos, um dos principais desafios apontados pelos diagnósticos. Esse estudo permite dialogar com as instâncias legislativas e orientar agricultores e povos e comunidades tradicionais que, em sua maioria, desconhecem os marcos regulatórios para os segmentos cosméticos, alimentícios e fitoterápicos. Esta nova fase do projeto foi fundamental para dar início aos processos de governança dos arranjos mapeados, dando início a estruturação de uma base territorial de atuação do projeto.

O Terceiro TED (ArticulaFito III), firmado entre a Fiocruz e a Secretária de Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento (SAF/MAPA), investiu no apoio à estruturação arranjos institucionais e produtivos de plantas medicinais como base para alimentos, cosméticos e fitoterápicos, impulsionando a promoção da saúde, o acesso a mercados e o desenvolvimento local no contexto da bioeconomia, tendo as seguintes metas:

- Apoiar a estruturação produtiva de Empreendimentos da agricultura familiar inseridos nas cadeias de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo:

- 1) Capacitações de empreendimentos da agricultura familiar em temáticas voltadas a organização social e produtiva; regularização fitossanitária; boas práticas de manejo, produção e beneficiamento; gestão financeira, comercial e de produção e outras temáticas sob demanda dos beneficiários;
- 2) Articulação de parcerias interinstitucionais públicas e privadas para o apoio ao desenvolvimento de estudos voltados ao desenvolvimento e à adequação de métodos e protocolos para o controle de qualidade de plantas medicinais e insumos vegetais no âmbito do projeto e realização do controle de qualidade de espécies vegetais, em conformidade com as demandas, garantindo a rastreabilidade do produto e a padronização dos ativos;
- 3) Criando grupos de governança locais para fomentar arranjos regionais ou territoriais com o intuito de articular estratégias de ação para o fortalecimento das cadeias produtivas.

- Articulação e governança para o apoio à inserção de plantas medicinais e fitoterápicos nos mercados públicos e privados (medicamentos, drogas vegetais, cosméticos, alimentos, entre outros), por meio de:

- 1) Intercâmbio de experiências dos empreendimentos da agricultura familiar em reuniões, visitas técnicas e eventos ligados a temática de plantas medicinais;
- 2) Identificação, registro, sistematização e publicização das experiências mapeadas nos diversos territórios do país, com ênfase em Saúde & Ambiente.

- Elaborar diagnóstico com o mapeamento da coleção de plantas aromáticas, condimentares e medicinais para a manutenção de germoplasma multiplicação e distribuição de mudas para agricultores familiares, realizando:

- 1) levantamento das informações de instituições públicas e privadas, visando subsidiar as atividades de implementação de unidades demonstrativas e experimentais de plantas aromáticas, condimentares e medicinais;
- 2) Produção e beneficiamento de espécies de plantas medicinais, visando promover o aumento da produção sustentável, agregação de valor e a qualidade dos produtos.

Os resultados obtidos até o momento permitiram ampliar a base de governança, iniciada no projeto anterior. Com o apoio dos articuladores locais foram estabelecidos mais de 10 arranjos institucionais nos territórios de abrangência do projeto, com mais de 70 instituições envolvidas em todo o território nacional, fortalecendo, dando sustentabilidade e garantindo os bons resultados alcançados pelo projeto nos territórios. Além disso, três novos mapeamentos foram realizados, dois deles de Farmácias Vivas, incorporando, aproximadamente, mais 200 beneficiários ao projeto.

Tendo em vista os resultados alcançados até o momento pelo projeto ArticulaFito, bem como seu alcance, com mais de trinta mil beneficiários diretos e indiretos em quatro biomas brasileiros, faz-se necessário dar continuidade às ações pactuadas com as lideranças e instituições locais nos territórios,. Vale destacar que nesta nova fase (ArticulaFito IV), o projeto seguirá apoiando:

- A estruturação produtiva para a qualificação da produção dos arranjos produtivos de plantas medicinais, aromáticas e condimentares e da sociobiodiversidade nos biomas territórios de abrangência do projeto, com:

- 1) a realização de novos mapeamentos e elaboração de planos de ação;
- 2) fortalecimento da governança territorial;
- 3) assessorias dirigidas; e,
- 4) capacitações.

- A estruturação e fortalecimento de mercados públicos e privados:

- 1) apoiando iniciativas voltadas ao fortalecimento de canais de comercialização, promovendo espaços de diálogos interinstitucionais voltados à superação de entraves nos canais de comercialização dos produtos e à promoção de novos mercados.

- A produção de dados e informações relevantes para apoio ao projeto:

- 1) divulgando o projeto nas redes sociais demais canais de comunicação, incluindo rádios comunitárias nos territórios;
- 2) realizando levantamentos dos condicionantes sociais, econômicos e ambientais que incidem sobre os arranjos e os territórios mapeados e;
- 3) realizando o monitoramento e o acompanhamento para geração de indicadores.

Da mesma forma que nas fases anteriores, este projeto se baseia na transversalidade e na intersectorialidade para que seja possível alcançar o sucesso desta quarta fase, que visa Estruturar Cadeias de Valor de plantas medicinais, aromáticas e condimentares e da sociobiodiversidade para o acesso a mercados, articulando a bioeconomia ao desenvolvimento territorial sustentável para o enfrentamento dos condicionantes sócio-ambientais da saúde de agricultores familiares, e povos e comunidades tradicionais.

Durante as Oficinas de Mapeamento e Análise de Cadeias de Valor de Plantas Medicinais realizadas anteriormente foram identificadas as visões de futuro, oportunidades e gargalos de 26 espécies de plantas com finalidades medicinais, alimentícias e cosméticas. Uma quantidade de gargalos superior ao número de oportunidades é uma situação frequente no início da promoção de cadeias produtivas que pretendem se transformar em cadeias de valor. Isso se deve, entre outros aspectos, à falta de investimento de tempo e esforços na cooperação e articulação entre os atores em cada elo da cadeia (produção, beneficiamento, comercialização) e entre seus níveis de gestão (operadores, serviços de apoio e órgãos reguladores).

A desconfiança mútua e os altos custos de transação vinculados a padrões de qualidade e regras do jogo complexos e definidos à revelia dos atores, são características de diversas cadeias produtivas neste processo antes de se tornarem, de fato, cadeias de valor. A primeira e a segunda etapas deste Projeto trouxeram à luz o Estado da Arte desta significativa amostra de cadeias de plantas medicinais existentes em diversas localidades do país. Foi possível conhecer algumas experiências e identificar aspectos específicos para direcionar esforços, de forma que a promoção da saúde esteja vinculada à inclusão produtiva dos agricultores familiares, que vai desde a produção de alimentos e cosméticos mais saudáveis, em uma transição agroecológica, até a produção de plantas medicinais e fitoterápicos inseridos em verdadeiras cadeias de valor.

Assim, o presente Projeto propõe o apoio à estruturação de Cadeias de Valor de plantas medicinais, aromáticas e condimentares e da sociobiodiversidade para o acesso a mercados, articulando a bioeconomia ao desenvolvimento territorial sustentável para o enfrentamento dos condicionantes sócio-ambientais da saúde de agricultores familiares, e povos e comunidades tradicionais – ArticulaFito IV, lidando com alguns dos gargalos identificados nas etapas anteriores, buscando ampliar o seu acesso aos mercados públicos e privados, e o estabelecimento de parcerias com o setor empresarial nacional e internacional. Este projeto está alinhado ao objetivo do Programa

Bioeconomia Brasil-Sociobiodiversidade, e se insere mais especificamente no seu Eixo Temático "Ervas Medicinais, Aromáticas, Condimentares, Azeites e Chás Especiais", cujo objetivo é promover alianças produtivas tendo os setores de alimentos e saúde como promotores do desenvolvimento local articulado com políticas públicas visando ampliar o acesso aos mercados.

Vale destacar a importância do projeto no atual cenário político brasileiro, pois está alinhado à inclusão produtiva não apenas em seu componente de mercados potenciais, além disso, soma-se aos esforços do projeto a necessidade de avaliar e produzir informações sobre os determinantes sociais da saúde, no intuito de aferir as iniquidades em saúde produzidas nos territórios de abrangência do projeto. Os determinantes sociais da saúde estão intrinsecamente relacionados às condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem. O termo resume os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais que incidem sobre os indivíduos em seus territórios.

Nem todos os determinantes são igualmente importantes. Os mais destacados são aqueles que geram estratificação social — os determinantes estruturais que refletem as condições de distribuição de riqueza, poder e prestígio nas sociedades, como a estrutura de classes sociais, a distribuição de renda, o preconceito com base em fatores como o gênero, a etnia ou deficiências e estruturas políticas e de governança que alimentam, ao invés de reduzir, iniquidades relativas ao poder econômico. Entre os mecanismos que geram e mantêm essa estratificação estão as estruturas de propriedade dos meios de produção e a distribuição de poder entre as classes sociais, e as correspondentes instituições de governança, formais e informais; sistemas de educação, estruturas de mercado ligadas aos trabalhos e aos produtos; sistemas financeiros, o nível de atenção dado a considerações distributivas no processo de formulação de políticas; e a extensão e a natureza de políticas redistributivas, de seguridade e de proteção social. Esses mecanismos estruturais, que alteram o posicionamento social dos indivíduos, são a causa mais profunda das iniquidades em saúde. São essas diferenças que — com seu impacto sobre determinantes intermediários como as condições de vida, circunstâncias psicossociais, fatores comportamentais e/ou biológicos e o próprio sistema de saúde — dão forma às condições de saúde dos indivíduos (de Carvalho, 2013).

Assim, o Articulafito IV, busca consolidar sua experiência articulando inclusão produtiva como estratégia de enfrentamento dos determinantes sócio-sanitários produzidos pelo neo-extrativismo, pela concentração fundiária, pela exploração do trabalho, geradores de vulnerabilidades, como a violência no campo. A vulnerabilidade, por sua vez, conceito trazido da bioética, trata da condição existencial de indivíduos e populações em circunstâncias de desamparo. Esse debate provém os estudiosos da bioética de instrumentos para assegurar direitos fundamentais e prevenir ou impedir a continuidade de arbitrariedades que atingem populações ou sujeitos vulneráveis (Ribeiro et. Al. 2020).

O conjunto de vulnerabilidades estruturais interseccionadas, agregam-se aos determinantes sociais da saúde em um ciclo de iniquidade histórica. Nesse contexto, as populações do campo, florestas e águas, que compõem a base produtiva das cadeias mapeadas pelo projeto, representadas por populações e comunidades tradicionais, camponeses e assentados da Reforma Agrária, são os sujeitos historicamente vulnerabilizados por tais determinantes. Para o enfrentamento desses desafios, o Projeto Articulafito trabalha em uma perspectiva intersetorial e multidisciplinar, tendo como políticas relevantes:

- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), criada pela Lei nº 11.346/2006;
- Política Nacional de Promoção da Saúde, criada pela Portaria MS 687 de 2006;
- Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Resolução No 338, de 06 de maio de 2004;
- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), criada pelo Decreto 2.040/2007;
- Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI). Portaria no 254 de 31 de janeiro de 2002;
- Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Portaria No 971, de 03 de maio de 2006;
- Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Portaria No 2.488, de 21 de outubro de 2011;
- Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Portaria No 2.866, de 02 de dezembro de 2011;

- Plano Nacional de Fortalecimento das Populações Extrativistas (Planafe). Portaria Interministerial No 380, de dezembro de 2015, assinada pelo MMA, MDA e MDS.
- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2006).
- Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural
- Programa de Aquisição de Alimentos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar
- e demais Políticas de Direitos Sociais

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

() Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

() Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

() Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

Custo operacional: R\$ 385.194,27 (trezentos e oitenta e cinco mil cento e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos)

Representa 9,62985675 % do valor total do projeto.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INÍCIO	FIM
META 1	Apoiar a estruturação produtiva para a qualificação da produção dos arranjos produtivos de plantas medicinais, aromáticas e condimentares e da sociobiodiversidade nos biomas territórios de abrangência do projeto.						
META 1	Público	Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais, técnicos e agentes de ATER, pesquisa e extensão, e gestores municipais e estaduais, profissionais de saúde, estudantes, técnicos e professores da rede pública municipal, estadual e federal, de níveis médio e superior, incluindo as Universidades e Institutos Federais, sociedade civil organizada e agentes do 3º setor.	500 beneficiários atendidos				
Item 1	Realização de Oficinas de mapeamento de cadeia de valor para o diagnóstico de arranjos produtivos de plantas medicinais, aromáticas e condimentares e de produtos da sociobiodiversidade, bem como, a elaboração de Planos de Ação, com enfoque nas bases produtivas, nos biomas Cerrado, Pantanal e Pampa. (Novos arranjos)	Oficina	6	R\$ 50.000,00	R\$ 300.000,00	out/2023	dez/2027
Item 1.2	Apoio à criação e consolidação de grupos de governança territorial para promover a articulação e implementação e sustentabilidade das ações planejadas nos territórios.	Plano de Ação	15	R\$ 53.000,00	R\$ 795.000,00	out/2023	dez/2027
Item 1.3	Realização de assessorias técnicas, sob demanda, alinhados aos planos de ação para o apoio aos empreendimentos de agricultores familiares, extrativistas, povos e comunidades tradicionais, bem como para os demais agentes vinculados aos arranjos produtivos previamente identificados.	Visitas técnicas	160	R\$ 2.500,00	R\$ 400.000,00	out/2023	dez/2027
Item 1.4	Realização de capacitações para qualificação da produção e demais ações alinhadas à estruturação produtiva, em conformidade com os planos de ação pactuados.	Capacitação	20	R\$ 36.286,7075	R\$ 725.734,15	out/2023	dez/2027

Item 1.5	Apoiar implementação e consolidação de Unidades Demonstrativas, incluindo Farmácias Vivas e denominações afins (Farmácia Nativas, hortos medicinais, farmácias da terra etc.), preferencialmente alinhadas à sistemas agroflorestais e à promoção de serviços ambientais.	Unidades Demonstrativas	15	R\$ 26.666,67	R\$ 400.000,00	out/2023	dez/2027
TOTAL META 1					R\$ 2.620.734,15		
META 2	Apoiar a estruturação e fortalecimento de mercados públicos e privados.						
META 2	Público	Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais, técnicos e agentes de ATER, pesquisa e extensão, e gestores municipais e estaduais, profissionais de saúde, estudantes, técnicos e professores da rede pública municipal, estadual e federal, de níveis médio e superior, incluindo as Universidades e Institutos Federais, sociedade civil organizada e agentes do 3º setor.	200 beneficiários atendidos.				
Item 2.1	Apoiar iniciativas voltadas ao fortalecimento de canais de comercialização, promovendo espaços de diálogos interinstitucionais voltados à superação de entraves nos canais de comercialização dos produtos e à promoção de novos mercados.	Oficinas, Reuniões, intercâmbios, eventos e feiras	15	R\$ 42.172,733	R\$ 632.591,00	out/2023	dez/2027
TOTAL META 2					R\$ 632.591,00		
META 3	Produzir dados e informações relevantes para apoio ao projeto.						
META 3	Público	Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais, técnicos e agentes de ATER, pesquisa e extensão, e gestores municipais e estaduais, profissionais de saúde, estudantes, técnicos e professores da rede pública municipal, estadual e federal, de níveis médio e	4.000 beneficiários diretos e indiretos atendidos.				

		superior, incluindo as Universidades e Institutos Federais, sociedade civil organizada e agentes do 3º setor.					
Item 3.1	Divulgar as ações do projeto nas redes sociais demais canais de comunicação, incluindo rádios comunitárias nos territórios.	Número de divulgações	1000	R\$ 200,00	R\$ 200.000,00	out/2023	dez/2027
Item 3.2	Realizar levantamento dos condicionantes sociais, econômicos e ambientais que incidem sobre os arranjos e os territórios mapeados, com produção de materiais informacionais didáticos e educacionais.	Mapas, painéis	20	R\$ 3.074,0295	R\$ 61.480,59	out/2023	dez/2027
Item 3.3	Monitoramento e acompanhamento para geração de indicadores.	Indicadores	10	R\$ 10.000,00	R\$ 100.000,00	out/2023	dez/2027
TOTAL META 3					R\$ 361.480,59		
TOTAL CUSTO OPERACIONAL					R\$ 385.194,27		
TOTAL GERAL					R\$ 4.000.000,00		

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR (R\$):
10/2023	R\$ 400.000,00
11/2023	R\$ 600.000,00
03/2024	R\$ 500.000,00
10/2024	R\$ 500.000,00
03/2025	R\$ 500.000,00
10/2025	R\$ 500.000,00
03/2026	R\$ 200.000,00
10/2026	R\$ 300.000,00
03/2027	R\$ 380.000,00
11/2027	R\$ 120.000,00
TOTAL	R\$ 4.000.000,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO (Sim/Não)	VALOR PREVISTO
33.90.39 - Outros Serviço de Terceiro - Pessoa Jurídica	SIM	R\$ 385.194,27
33.90.39 - Outros Serviço de Terceiro - Pessoa Jurídica	NÃO	R\$ 3.614.805,73

TOTAL	R\$ 4.000.000,00
12. PROPOSIÇÃO	
Rio de Janeiro, outubro de 2023.	
MÁRIO SANTOS MOREIRA Presidente Fundação Oswaldo Cruz	
13. APROVAÇÃO	
Brasília, outubro de 2023.	
MOISÉS SAVIAN Secretário Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	



Documento assinado eletronicamente por **MARIO SANTOS MOREIRA**, **Usuário Externo**, em 10/10/2023, às 07:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MOISES SAVIAN**, **Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental**, em 10/10/2023, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **31458494** e o código CRC **241C914C**.